



DOSSIÊ MULHERES INTELECTUAIS: PRÁTICAS CULTURAIS DE MEDIAÇÃO

Ciência no feminino: entrevista com Nísia Trindade Lima, presidente da Fiocruz

Science in the feminine: interview with Nísia Trindade, president of Fiocruz

La ciencia en lo femenino: entrevista con Nísia Trindade, presidente de la Fiocruz

Angela Maria de Castro Gomes¹

orcid.org/0000-0002-1911-760X
angelamariadecastrogomes@gmail.com

No fim da tarde do dia 28 de maio de 2021, Angela de Castro Gomes, Kaori Kodama e Patrícia Raffaini conversaram com a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, que encontrou tempo para conceder esta entrevista. Nós e a revista *Estudos Ibero-Americanos* registramos, aqui, nossos agradecimentos.

Patricia Tavares

Raffaini²

orcid.org/0000-0003-1921-6269
raffaini@unifesp.br

Nísia, é um imenso prazer estarmos fazendo esta entrevista, por inúmeras razões ligadas à sua trajetória de mulher e cientista social. Afinal, no meio da pandemia de Covid-19, que está se aproximando dos 500 mil mortos, você preside uma das instituições mais importantes da área da saúde, no Brasil e no mundo. Aliás, você é a primeira presidente mulher da Fiocruz, o que sabemos, não deve ter sido fácil. Vamos então começar do começo. Você pode nos dizer seu nome, a data e local de seu nascimento e o nome de seus pais?

Kaori Kodama³

orcid.org/0000-0002-5327-2689
kaori.kodama@fiocruz.br
kaori.flexor@gmail.com

Recebido em: 4 ago. 2021.

Aprovado em: 5 ago. 2021.

Publicado em: 17/11/2021.

Meu nome é Nísia Trindade Lima e sou filha de Nivaldo de Assis Lima e Marina Trindade Lima. Bem, vocês falaram que eu sou a primeira mulher a presidir a Fiocruz. Acho que minha resposta sobre meus pais evoca também uma reflexão de gênero. Em que sentido? Bem, eu nasci em 17 de janeiro de 1958, no Rio de Janeiro, no bairro do Catete. Tive uma infância muito marcada por alguns episódios. O principal foi a morte da minha mãe quando eu tinha três anos. Minha mãe é uma mulher que eu só conheci pelos registros de outras pessoas da família. Mas hoje, vendo algumas cartas entre ela e meu pai, consigo traçar certo perfil, que acho interessante.

Minha mãe era uma mulher independente quando se casou com 28 anos, tarde para a época. E ela só teve a minha irmã com 33 anos. Somos três irmãos: duas mulheres e um homem, que é o mais novo. Eu sou a do meio. Minha mãe tinha um ateliê de chapéus desde bem jovem. Quando se casou, esse era seu trabalho. Era uma época em que



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

² Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, SP, Brasil.

³ Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

chapéus, arranjos, grinaldas etc. estavam na moda. Meu pai era um jovem estudante, que se formou em Direito na faculdade do Catete, que é a UERJ, atualmente. Ele vinha do sudoeste da Bahia, perto de Vitória da Conquista. Encontrou minha mãe e se casaram.

Mas estou falando isso, porque eu e meus irmãos acabamos sendo criados pela minha avó materna, Marcília Guimarães Trindade, o que foi uma experiência marcante. Minha avó foi muito presente e era muito austera, não imaginando, por exemplo, que as mulheres tinham lugar no mundo intelectual. Na verdade, minha avó achava estranho que eu não tivesse o menor interesse pelas atividades da casa, que eram a sua marca. Essa tensão acabou sendo importante para a formação da minha personalidade, de minhas aspirações. Passei minha infância nesse mundo de classe média, com essa figura forte de minha avó. Meu pai tinha dificuldade para estar mais presente, por várias razões. Mas, sempre foi uma pessoa também marcante. Continua sendo, porque está vivo ainda.

E onde vocês moravam nesse período? Perguntamos, porque geralmente, os primeiros estudos são feitos perto de casa.

Morei até os 10 anos na Rua do Catete, pertinho do Largo do Machado. Ah, um detalhe, minha mãe, depois, se tornou funcionária pública do Iapetec, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas. Era servidora e, não sei bem se por isso, conseguiu um apartamento em um prédio do Instituto, onde moravam meus avós, dentro daqueles programas habitacionais dos Instituto de Assistência e Previdência Social (IAPs). O prédio ficava na mesma galeria do teatro do Rio, agora teatro Cacilda Becker.⁴

Morei no Catete e estudei no Catete, em uma escola particular: Imaculada Conceição, que não existe mais. Mas depois me mudei para o Leblon, uma ideia de meu tio materno, Mário Trindade, outra pessoa também importante nesse contexto familiar. Ele sempre deu muito apoio à minha avó, e queria ficar mais perto dela e de nós também. Era

um engenheiro, atuário e tecnocrata bem-sucedido. Já nos anos 1960, trabalhou no Banco Nacional de Habitação (BNH), e chegou a presidir esse banco. Morei dos 10 aos 17 anos no Leblon, no Condomínio dos Jornalistas. Um conjunto residencial que foi criado para atender ao Sindicato dos Jornalistas. Então, há semelhanças entre os lugares em que morei.

Uma senhora mudança essa do Catete para o Leblon.

Pois é, mas o Leblon, na época, era um bairro muito simples. Isso foi em 1968, 1969. Era um bairro de classe média que não tinha passado pelo *boom* imobiliário e ainda tinha a favela da Praia do Pinto, que era pertinho da minha escola. Eu fui estudar em um modelo de escola que coincidiu com o fim do Exame de Admissão no Brasil. Era o modelo da Unidade Integrada: trava-se da passagem direta do antigo curso primário para o curso ginásial. Fui estudar na Escola Municipal George Pfisterer e, de lá, fui direto para o Colégio Estadual Gilberto Amado. Eu não fiz o exame de admissão, que era o pavor de todos. Então, fui estudar no Gilberto Amado, que, nesse tempo, foi a principal escola para minha formação. Tinha excelentes professores e professoras e, até hoje, me lembro de alguns deles. Estudei nessa escola até 1972, quando concluí o que, na época, era o ginásio. Em seguida, fiz a parte de formação geral no Colégio André Maurois, e o curso profissionalizante para redator auxiliar, pois, era o que mais se encaixava no que eu queria, no Colégio Estadual Azevedo do Amaral.

Esse exame de admissão, que a Nísia mencionou, era o pavor de todo mundo. Era um exame que se fazia quando se terminava o curso primário, hoje o primeiro segmento do fundamental. Para se continuar a estudar no que hoje é o segundo segmento do fundamental, o aluno tinha que passar nesse exame. Ele era muito difícil, até porque o número de escolas públicas que ofereciam o ginásio era muito menor do que o número de crianças que queriam

⁴ O Teatro Cacilda Becker, recebeu esse nome em 1991 e fica situado na Rua do Catete 338.

estudar. O exame acabava sendo um momento de expulsão de muita gente, que não conseguia mais dar continuidade a seus estudos. Então, que bom que acabou. Mas a gente queria que você nos falasse mais sobre essa experiência de formação geral e profissional.

Na verdade, isso foi mais uma imposição, do que uma escolha. Mas, foi uma experiência interessante, embora, no ano seguinte, unificou-se tudo de novo. Eu acho que essa experiência de dividir os alunos em unidades escolares separadas não deu muito certo, e tudo foi unificado. Por isso, o meu grupo de colegas de referência, no auge da adolescência, vamos dizer assim, foi o do Azevedo Amaral, onde eu fazia o curso de redator auxiliar. Eram pessoas com interesses literários, ou que queriam ser jornalistas, ou ficar na área de humanas. De vez em quando, tenho algum contato com uma das colegas, que é Ana Virginia Pinheiro, bibliotecária de obras raras da Biblioteca Nacional. Eu me lembro que tive professores bem marcantes. Entre eles, o professor Luiz Fabiano Pinheiro, que lecionava matemática, física e desenho geométrico, mas, para nós, apenas Matemática. Foi também muito marcante a professora Angela Camara Fernandes d'Araujo que lecionava uma disciplina chamada "Problemas econômicos, sociais e culturais no mundo contemporâneo", algo assim... Ela nos deu acesso a uma literatura que, para mim e para a turma toda, era uma novidade: o *Correio da Unesco*.⁵ Tinha formação em sociologia e em educação. Então, foi um incentivo, porque eu já tinha interesse por sociologia, que, muitas vezes, eu buscava de maneira autodidata na biblioteca do meu tio. Meu tio tinha uma ótima biblioteca. Então, por minha conta mesmo, eu pegava, sei lá, um livro de Celso Furtado e, normalmente, literatura, que sempre foi minha paixão. Quando cheguei no momento da escolha profissional, com uns quinze, dezesseis anos, um pouco nessa fase, eu tinha toda uma inclinação para literatura, apesar de gostar também de química, matemática...

Eu não possuía, assim, uma inclinação muito definida. Só não tinha o menor talento para desenho, nada que envolvesse essa parte de artes plásticas. Mas das outras matérias, eu gostava muito. Eu era estudiosa, não falei isso, mas era estudiosa, não em excesso, mas era muito boa aluna, tirando sempre notas altas. Nessa experiência do curso de redator auxiliar, era a única que se destacava em matemática, porque todos odiavam matemática, menos eu... Por isso, o professor Fabiano, também professor do Curso Miguel Couto Bahiense, me deu uma bolsa para estudar nesse curso. Só que ele ficou decepcionadíssimo, quando eu disse que tinha me decidido pelo curso de Ciências Sociais.

Por que você se decidiu pelas ciências sociais?

Olha, acho que foi uma gama de questões. Nessa época já tinha passado minha paixão pela química, engenharia... Sou fascinada pela área de engenharia. Mas minha afinidade maior era com a parte das humanidades. Eu ficava dividida entre a literatura, que sempre foi minha paixão, e as ciências sociais, a história. Aí decidi pelas ciências sociais, em grande parte por influência da professora Ângela. Chegamos a conversar um pouco. Agora, também tinha a ver com a biblioteca, com o que eu lia e, igualmente, com a inquietação política do período. Essa época foi muito repressiva; estamos falando de 1974, no governo Geisel?

Sim, início do governo Geisel. Aliás, há um mito de que este não foi um governo tão repressivo, mas, na verdade, foi terrivelmente repressivo. Nísia, foi nesse momento que você fez vestibular?

Sim, fiz o vestibular em 1976. Estudei um ano no cursinho Miguel Couto e fiz o vestibular. Eu tinha essa vivência de ser criada pela minha avó; era, assim, um conflito latente. Então, eu queria trabalhar e fui fazer o curso noturno na UERJ. Comecei a trabalhar em um laboratório na Gávea, como recepcionista, no mesmo ano

⁵ A revista *Correio da Unesco* é publicada pela Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura. Hoje está disponível on-line em seis línguas.

em que entrei para a faculdade, com dezoito anos. Mas era muito difícil trabalhar na Gávea e estudar no Maracanã. Fiquei só um ano, e, em 1977, comecei a fazer um estágio na Secretaria de Transportes, no Núcleo de Pesquisa Social, com Manuel Sanches como coordenador. Particpei de um projeto sobre o uso da bicicleta no Rio. E como já estava na faculdade, passei a atuar no movimento estudantil. Era uma vida bem intensa. Na UERJ, nós organizamos o Centro Acadêmico de Ciências Humanas, que reúne o pessoal de ciências sociais e história. Tive bons professores, mas não havia um ambiente de incentivo à pesquisa. Pouquíssimos professores ofereciam bolsa de Iniciação Científica. Ah, quando eu estudei na UERJ não havia ainda sistema de créditos; o curso era seriado em anos. Mesmo assim, eu logo senti que queria seguir carreira acadêmica e devia fazer um mestrado.

Então já circulava na graduação a existência dos mestrados. Nós queríamos te perguntar se, nesse período, você se via como professora? O que você tinha como perspectiva?

Eu pensava em ter uma carreira acadêmica e estava atenta à questão do mestrado. Acompanhava algumas publicações que surgiam no IUPERJ: a revista *Dados*, por exemplo.⁶ Ter muitos amigos no movimento estudantil favorecia isso, e havia trocas nesse circuito do estágio da Secretaria de Transportes. Foram influências importantes para quem está procurando um caminho. Eu não sabia exatamente quais os passos, mas tinha certeza de querer fazer um mestrado. Aliás, não é que não houvesse um ambiente acadêmico na UERJ, mas não havia um grande incentivo à pesquisa.

E o movimento estudantil?

Houve um momento da minha vida em que a militância política foi muito intensa. Isso certamente mostra um perfil. Eu diria que, nos anos de 1978, 1979 e parte de 1980, muito do meu tempo

foi dedicado ao Centro Acadêmico de Ciências Humanas e ao Diretório Central dos Estudantes, no qual cheguei a ser Secretária Geral. Foi um período bem efervescente com a Campanha pela Anistia.⁷

A Campanha da Anistia era a grande bandeira e ela vai trazer uma mudança nas universidades, porque, depois de 1979, elas vão poder receber professores que tinham sido afastados após o golpe de 1964, e outros que não podiam nem se candidatar aos concursos, por causa do chamado Atestado de Ideologia.

Exatamente. Eu me lembro, até hoje, de um fato muito marcante no final de 1977 ou início de 1978. Darcy Ribeiro tinha voltado ao Brasil, inclusive, para tratamento do câncer. Nós conseguimos levá-lo para dar uma palestra a convite do Centro Acadêmico Ciências Humanas da UERJ. Foi a glória, porque, na hora, a Reitoria não queria permitir. Então a gente ia fazer no *hall* do 9º andar, que era o andar das ciências humanas... Bem, acabaram abrindo o auditório. Eu achei pior... Fazer no *hall* seria um ato político... e tal. Houve momentos bem marcantes, típicos do processo de abertura que estávamos vivendo. Havia uma tônica no movimento estudantil, nesse período: era a de trazer para a universidade a efervescência intelectual do momento. Não só a luta política, mas a retomada de muitas questões e de debates teóricos.

Durante um bom tempo, a formação dos alunos das áreas de história e ciências sociais, enfim, das ciências humanas, era feita tanto nos cursos como nos centros acadêmicos e diretórios. Nísia, fica clara a sua vontade de ter uma carreira acadêmica, e que você tem informações etc. Então, quando é que você vai fazer o mestrado? Você já estava casada?

Bem, eu me formei em 1979 no bacharelado, e no final de 1980, na licenciatura. Eu poderia ter feito em um ano, mas estar à frente do Centro Acadêmico e, depois, ser Secretária Geral do

⁶ Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, ligado à Universidade Cândido Mendes.

⁷ A Lei 6.683 é conhecida, no Brasil, como Lei da Anistia, datando de 28 de agosto de 1979.

Diretório Central dos Estudantes, me levou a fazer uma parte das disciplinas de licenciatura, no ano de 1980. Eu me casei nesse momento, no final de 1978, com 20 anos, com um colega de ciências sociais: o Silvio. Ele era químico industrial e já estava formado. Nas ciências sociais era interessante, pois havia pessoas com outras formações, que se sentiam insatisfeitas e buscavam, existencialmente mesmo, outras referências intelectuais. Silvio era uma pessoa assim. Então nos casamos no final de 1978 e, em 1980, engravidei. Eu terminei a licenciatura grávida do André, que nasceu em 1981.

Então, termino a graduação sabendo que queria fazer o mestrado. Tinha resolvido que ia tentar um concurso no IUPERJ, porque as opções para ciências sociais no Rio, nesse período, eram, basicamente, o IUPERJ e o Programa de Antropologia do Museu Nacional. Mas eu me via mais como socióloga, do que como antropóloga. Mas acabei entrando no mestrado de Ciência Política, embora, no final, meu orientador acabou sendo o Machado da Silva, um grande sociólogo.⁸

Quando prestei a prova para o IUPERJ desenhei um projeto inicial sobre comportamento eleitoral nas favelas do Rio de Janeiro: processos eleitorais. Eu era muito jovem e meu primeiro orientador foi o Olavo.⁹ Foi uma ótima experiência, mas fui vendo que, de fato, minha perspectiva estava mais próxima do que, na época, se chamava de movimentos sociais urbanos, do que de um estudo eleitoral da ciência política. Então passei a fazer orientação com o Machado. No início, foi bem difícil. Não a orientação em si, mas conjugar tudo isso com o trabalho. Eu tive que voltar a trabalhar, porque veio uma crise econômica forte e o Silvio ficou desempregado. Então, fiz o concurso para o magistério estadual, e passei a dar muitas aulas. Trabalhava em Nova Iguaçu, em uma escola chamada, Santa Rita de Cássia, e depois no João Alfredo, em Vila Isabel.

Na época, você morava em Vila Isabel? E como era sua vida, dando tantas aulas, com filhos pequenos, e ainda com o mestrado no IUPERJ?

Morei em Vila Isabel desde quando me casei, em 1978, até o ano de 2000. Os meninos nasceram lá. Eu me separei em 1991, mas continuei em um apartamento que nós tínhamos em Vila Isabel e que, depois, vendi.

Foi um tempo bem difícil, com os meninos pequenos e eu tendo uma carga horária de 16 horas aula por semana! Tanto que eu não consegui defender minha dissertação no prazo... Só defendi em 1989 e cheguei a achar que não fosse conseguir. Então houve uma implicação imediata, que foi o atraso na minha formação acadêmica. Mas, não sei como, eu consegui fazer, no meio disso tudo, o sumário do *Índice de Ciências Sociais*, lembra Ângela? Não sei, eu acho que a gente faz tanta coisa...

Eu, Angela, vivi coisas assim também. Aliás, todas nós vivemos. Hoje, olho para trás e penso: "Eu era jovem".

Eu era jovem, claro! Mas contei muito com o apoio da minha sogra para dar uma assistência às crianças, e também com o pai deles: dividia muitas coisas, cuidava dos meninos. Porém, mesmo assim, não foi nada fácil.

Dava para gostar de ser professora nessas condições?

Sabe que dava. Eu gosto de ser professora... Por exemplo, eu dei aula numa escola com condições bastante precárias em termos de infraestrutura, num bairro periférico de Nova Iguaçu. Foi lá que eu comecei a dar aulas. No início, eu saía de dentro do IUPERJ, de uma aula, sei lá, do Wanderley,¹⁰ de manhã, para chegar de tarde em Nova Iguaçu. Você imagina... a mudança de canal que tinha que ser feita.

⁸ O professor Luiz Antônio Machado da Silva, falecido em 2020, vítima da COVID-19, era uma referência na sociologia, por seus estudos inovadores e rigorosos sobre favelas, jogo do bicho etc.

⁹ Olavo Brasil de Lima Júnior era professor de ciência política, especializado no tema dos partidos políticos e eleições.

¹⁰ Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019) foi um cientista político e importante intelectual que deixou obras de referência do pensamento político brasileiro e da teoria da democracia. Foi fundador do IUPERJ e da ANPOCS e exerceu o cargo de presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Fiz um monte de coisa errada do ponto de vista didático, não tinha a menor prática. Mas a gente vai acertando a mão. Tinha professoras excelentes, aliás, professoras que, mais tarde, encontrei levando as turmas para o Centro Cultural Banco do Brasil. Quer dizer, sair de Nova Iguaçu e levar uma turma de meninos, jovens, adolescentes... Então, tinha professores muito bons mesmo. Os alunos gostavam de mim, porque eu dava várias atividades de leitura e tal. E a gente vive momentos gratificantes também. Isso eu vi. Uma vez, cheguei um pouco atrasada, e acho que a turma já ia embora. Quando, as meninas me viram chegando, ficaram todas felizes. Aí eu falei, "isso é felicidade mesmo ou é para me agradecer?" Brinquei com elas. E elas responderam: "Não, a gente gosta muito da senhora e da sua aula, e se a gente for para casa a gente tem que fazer trabalho de casa". Ah, foi muito engraçado, elas falarem assim...

Bem, agora nós queríamos saber, quando e como você vai para a Casa de Oswaldo Cruz?

Eu entrei na Fiocruz em maio de 1987. O processo para minha entrada foi entre janeiro ou fevereiro de 1987 até maio, mais ou menos. Nesse momento, eu tinha conseguido retomar minha dissertação e a redação estava avançada.

A Fiocruz estava na gestão do Sérgio Arouca, que assumiu a presidência em 1985. Ele era um sanitarista que tinha saído da Unicamp, onde trabalhava com medicina social, após uma crise política. Então, veio para a Fiocruz e, logo, assumiu a presidência. Ainda não tínhamos a Constituição de 1988, mas já se vivia um clima mais aberto, que favorecia as pessoas ligadas ao movimento sanitarista, que, como Arouca, tinham uma visão mais de esquerda. Ele, realmente, foi muito empreendedor na Fiocruz, e a ele se uniu a um grupo muito bom. O Luiz Fernando Ferreira, que trabalha-

va com paleoparasitologia, uma área muito nova, que estuda a origem de muitas doenças, a partir de registros fósseis. Além dele, o Arlindo Fábio Gomes de Souza, que atualmente dirige o Canal Saúde, e vinha de uma tradição da saúde pública que valora muito a proficiência de sociólogos.

Além deles, veio Carlos Morel, um pesquisador que tinha uma experiência importante de estudos na área de biologia molecular, e tinha, igualmente, um perfil bastante empreendedor. O Morel, felizmente, continua conosco à frente de um projeto no Centro de Desenvolvimento de Tecnologia em Saúde. Eu devo estar esquecendo outras pessoas, mas são essas, são esses nomes que me marcaram nessa etapa.

Na Fiocruz, começaram a desenvolver projetos novos. Um deles foi o da Escola Politécnica de Saúde, e outro o de um Centro de Informação Científica. Entre tais projetos estava o da Casa de Oswaldo Cruz, a COC. Para liderá-lo chamaram um médico jovem, que acabara concluir o mestrado em medicina social, na UERJ: Paulo Gadelha. Ele tinha feito um trabalho muito bom de mestrado sobre a gestão de Pedro Ernesto na prefeitura do então Distrito Federal.¹¹ Além disso, havia desenvolvido um projeto de memória na Cândido Mendes: o IHSOB.¹² Foi, portanto, convidado a coordenar o que, primeiro seria apenas um Programa. Não se tratava ainda da Casa de Oswaldo Cruz.

Então você entra na Fiocruz no momento em que a Casa de Oswaldo Cruz está se formando, bem no comecinho, o que traz desafios, mas muitas oportunidades e realizações. E Paulo Gadelha foi, como você afirmou, o grande artífice.

Sim, Paulo foi muito feliz na maneira como conduziu o processo e usou os financiamentos, que, nessa época, vinham de duas fontes

¹¹ Pedro Ernesto era pernambucano e se formou em medicina no Rio de Janeiro, fundando, em 1918, a Casa de Saúde Pedro Ernesto. Foi ligado ao movimento tenentista e apoiou a Revolução de 1930. Em 1933, tornou-se o primeiro prefeito eleito do Distrito Federal e sua gestão foi marcada por importantes realizações no campo da educação e saúde, neste caso, com a construção de hospitais (Getúlio Vargas, Carlos Chagas e Miguel Couto) e centros de saúde. A dissertação de Paulo Gadelha Vieira é *Assistência médica no Rio de Janeiro (1920 -1937): Reformas institucionais e transformações da prática médica*, IMS, UERJ, 1983.

¹² O IHSOB – Instituto de História Social Brasileira – foi criado no Conjunto Universitário Cândido Mendes em 1983. A partir de 1984, o IHSOB integraria o Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica, num convênio do SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) e Sociedade Brasileira de Instrução (SBI), onde o IHSOB estava abrigado.

importantes – a Finep e o INAMPS,¹³ além de verbas orçamentárias do Ministério da Saúde. O Programa mesmo foi financiado pela Finep, que estava interessada no desenvolvimento de projetos de memória, principalmente de memória institucional. A outra fonte de financiamento era o INAMPS, sob a gestão de Hésio Cordeiro, que definira, como prioridade, realizar uma memória da assistência médica na Previdência Social. Isso porque, exatamente naquele momento, estava em discussão a criação de um Sistema Único de Saúde, o SUS. Ele ainda não existia, mas já havia a ideia de acabar com a separação entre previdência e assistência. Era esse o debate e, sobre ele, escrevi um capítulo, com o Gilberto Hochman e a Cristina Fonseca, que está no livro – *História e perspectivas do SUS*.

Com essas fontes de financiamento, Paulo começou a constituir um grupo. Ele conhecia diversas pessoas em função de sua própria experiência e, claro, recebia indicações. Na verdade, não havia concursos na Fiocruz, e sim um recrutamento para se trabalhar em projetos. A experiência anterior do Paulo, fez com que convidasse algumas pessoas, entre elas o Marcos Chor Maio. Ele era meu amigo e indicou meu nome e o do Gilberto Hochman. O Gilberto entrou um pouco antes de mim. Eu demorei um pouquinho mais a entrar... Então o núcleo inicial foi se formando...

O Jaime Larry Benchimol fez parte desse grupo original, como historiador que tinha feito um trabalho muito elogiado sobre Pereira Passos.¹⁴ Era uma referência, e também tinha um círculo de contatos entre historiadores e, certamente, recebeu indicações.

Eu entrei quando se decidiu ampliar o grupo inicial para que se pudesse desenvolver dois projetos de pesquisa. Assim, o projeto, "Memória da assistência médica na Previdência Social", já em curso, seria reforçado com a realização de um conjunto de entrevistas, não só médicos, mas também com a equipe técnica dos Institutos da Aposentadoria e Pensões e com sindicalistas...

Então, eu entrei na Fiocruz, quando havia essa visão de ampliação, de se montar um grande projeto de memória, e comecei fazendo entrevistas.

Você está falando de projetos ligados à memória na área da saúde pública. Como é que vocês viam essa construção coletiva, nesses tempos heroicos, como a gente gosta de chamar?

Nós tivemos que investir muito: em leituras, discussões teóricas e em questões próprias de cada projeto. Também fizemos muitos debates sobre história oral, que era uma metodologia fundamental para nossas pesquisas. Naquele momento, fim dos anos 1980, havia toda uma discussão sobre novas abordagens em história, sendo que eu não sou historiadora de formação. Assim, no período inicial, tive dificuldades profissionais, e ainda precisava concluir meu mestrado, que, a essa altura, havia se tornado uma reflexão sobre o movimento social em favelas, no Rio de Janeiro. Foi até um estudo pioneiro sobre essa organização social dos moradores de favela, principalmente a partir da década de 1950. Então, intelectualmente, fiquei um pouco dividida, entre os resultados da pesquisa na Fiocruz, e a pesquisa de meu mestrado, que já tinha me custado tempo e envolvimento. Isso durou de 1987 a 1989, quando defendi minha dissertação. A Casa foi muito generosa e me deu um tempo para concluir a redação. Eu não era a única nessa situação. Houve uma política institucional para formação de quadros para um centro de pesquisa de excelência. Isso significava terminar o mestrado e fazer o doutorado. Política muito importante e que ocorreu em outras áreas da Fiocruz.

Foi realmente uma oportunidade muito rica, muito bacana, o que vivi na Casa, nesse período. Um tempo de muito aprendizado, também com outras instituições. Eu falei do IUPERJ, mas, certamente, aprendemos muito com CPDOC e com outros projetos de memória que estavam em curso, como o Projeto Memória da Eletricidade.

¹³ Financiadora de Estudos e Projetos e Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.

¹⁴ Francisco Pereira Passos era engenheiro e foi prefeito do Distrito Federal entre 1902 e 1906, quando realizou uma grande reforma urbana na cidade, com vários melhoramentos, entre os quais a abertura da Avenida Central, após 1912, Avenida Rio Branco.

Bem, nós queríamos te ouvir falar um pouco sobre sua pesquisa de doutorado, que vai ser publicada em livro, que teve uma ótima recepção. O livro *Um sertão chamado Brasil*¹⁵ certamente colaborou para o reconhecimento de seu trabalho com história das ciências e da saúde.

É verdade. Quando fiz meu projeto de doutorado, eu já tinha várias reflexões e leituras. Decidi que trabalharia com as "ideias de Brasil" presentes nos movimentos intelectuais e científicos do início do século XX. A essa altura, eu já tinha tido contato com esse fantástico acervo da Casa de Oswaldo Cruz. Assim, foi desafiador pensar, não apenas o movimento dos médicos-pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, que vão desbravar os "sertões", mas estabelecer conexões entre esses sanitaristas e outros movimentos intelectuais do mesmo período. Discutir as ideias de diferentes Brasis, que a categoria "sertão" evidenciava. O "sertão" como um "não lugar", objeto de construção de intelectuais diversos e com diferentes abordagens, o que incluía os sanitaristas, Rondon, Euclides da Cunha etc. Na verdade, essa é a discussão sobre o "atraso" do Brasil e sobre os projetos de modernização então elaborados.

Depois de publicado o livro, que teve uma segunda edição, houve desdobramentos, que permanecem até hoje. Aliás, isso é verdade também para minha dissertação de mestrado, porque mais recentemente, em 2013, retomei a questão das favelas para pensar a reconstrução das próprias categorias de favela, pobres e pobreza. Tenho alguns projetos engavetados no computador, devido à minha falta de tempo. Mas para não perder o fio do trabalho intelectual, construí com André Botelho, professor de sociologia da UFRJ, a Biblioteca Virtual do Pensamento Social. Reconheço, contudo, que hoje, é impossível querer fazer o que eu fazia.

Realmente impossível. Mas, Nísia, você mencionou algo importante, que foi a existência de uma política de incentivo à formação dos(as)

pesquisadores(as) que integravam esse núcleo inicial da Casa. A pergunta é: essa política era parte de uma estratégia de afirmação da Casa dentro da Fiocruz? Como ela se realizou?

Sim, é um projeto de afirmação da Casa, que foi acordado com a Fiocruz. Porque, é claro que, no início, éramos vistos com estranhamento. Quando a Casa, em 1987, torna-se uma unidade técnico-científica da instituição Fiocruz era preciso conduzir um processo de afirmação. E para se avaliar porque era tão importante e delicado lutar por essa afirmação, é preciso saber que a Fiocruz é constituída, desde a gestão do Sérgio Arouca, de um Conselho Deliberativo. E como o nome diz, ele tem poder na definição de políticas. Ser uma unidade, um instituto, dentro da Fiocruz tem um peso muito relevante. Ou seja, a COC, desde 1987, vai integrar esse Conselho, sendo um voto igual ao do Instituto Oswaldo Cruz, que é o instituto mais tradicional de pesquisa biomédica.

Ora, um tipo de política que visa ganhar espaços, não se faz sem uma liderança. E o Paulo Gadelha vai começar a conduzir uma série de iniciativas nesse sentido. Uma delas, fundamental para a estruturação do grupo, foi realizada através de importantes projetos de pesquisa. Eu ressalto o projeto Memória de Manguinhos, que trabalhou com a história das expedições científicas das primeiras décadas do século XX. Nesse projeto, grande destaque foi dado à iconografia, belíssima, que agora todos podem ver, porque está na nossa página e no álbum, *A ciência a caminho da roça*.¹⁶

Esses projetos de memória faziam "mediações", o tema deste dossiê, fundamentais. Faziam mediações com outros grupos de pesquisa na Fiocruz, a exemplo do que ocorreu na gestão do Carlos Morel, em 1992. Como presidente, ele estabeleceu um programa de apoio à pesquisa científica e a projetos integrados maiores. A COC apresentou um projeto, junto com o instituto mais tradicional de pesquisa biomédica, o Instituto Oswaldo Cruz. O objetivo era fazer a história das coleções bio-

¹⁵ *Um sertão chamado Brasil* foi publicado, em primeira edição, em 2003, pela Editora Renan.

¹⁶ THIELEN, Eduardo *et al.* *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. 1992. São Paulo: COC/Fiocruz, 2018.

lógicas do IOC, que é um grande patrimônio da Fiocruz, não só histórico, mas de uso corrente, para pesquisa de temas e questões contemporâneas.

Paulo Gadelha é, certamente, um intelectual mediador e tanto. E, vemos, que com o passar do tempo, foi se diversificando essa estratégia que buscava ganhar legitimidade.

Exatamente, porque além dos projetos de pesquisa em sentido mais estrito, a Casa vai realizar projetos de exposições, de organização de acervos e de livros sobre uma série de temas que envolvem a história da Fiocruz. E montamos um Programa de História Oral, que realizou muitas entrevistas, que foram contatos fundamentais. E, cada vez mais, fizemos seminários que mostravam os resultados das pesquisas, permitindo uma inserção na instituição maior. Não como um quisto de historiadores e cientistas sociais, mas como parte integrante da Fiocruz. Aliás, a Casa, nessa época, tinha um grupo de arquitetos, que hoje cresceu e se transformou no Departamento de Patrimônio Histórico. Portanto, estávamos indicando a questão da preservação de todo o sítio arqueológico e histórico de Manguinhos. E havia o Museu que, se inicialmente era um museu ligado à história da instituição, passou a ser, igualmente, um grande espaço de divulgação científica. Algumas dessas iniciativas vão ser inauguradas na minha gestão como diretora da COC, a exemplo do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde. Por fim, outro caminho de afirmação decisivo foi a formação da nossa pós-graduação.

Então essas mediações com outros institutos sempre foram muito estimuladas. Elas eram uma necessidade, mas, eu diria que gerou resultados muito positivos. Penso sempre nesse desafio de profissionais do campo das ciências humanas e sociais dentro de uma instituição de saúde. Mas, afinal, uma instituição de saúde não é uma instituição apenas biomédica; ela precisa ser uma instituição interdisciplinar.

Nesse contexto de formação e afirmação da COC, como você vê a condição de uma pesquisadora mulher? Você mencionou vários nomes

de homens, que vieram para a Fiocruz e a Casa, na década de 1980. Você podia comentar como a presença feminina vai se estabelecendo na Fiocruz e na COC?

Inicialmente, havia um predomínio de homens na Casa. Além de mim, havia Nara Azevedo, Cristina Fonseca, Tania Fernandes, Marli Albuquerque e Rose Ingrid Goldschmidt. Depois foram chegando outras pesquisadoras, como Maria Rachel Fróes da Fonseca, Dilene Raimundo do Nascimento, Ana Theresa Venancio, Cristiana Facchinetti, Lorelai Brilhante Kury, Simone Kropf, Dominichi Miranda de Sá e Kaori Kodama, que chegou um pouco mais tarde, não é Kaori? Portanto, na Casa, eu diria que hoje, há uma relativa equidade de gênero.

Então, só comecei a sentir essa questão de gênero, quando entrei em um espaço institucional maior, para além da Casa. Isso ocorreu ainda na gestão do Sérgio Arouca que, para promover uma integração entre as várias unidades da Fiocruz, organizou uma espécie de congresso interno, uma novidade... Eu fui delegada da Casa nesse congresso, depois assumi a vice-direção da Casa, quando o Gadelha era o diretor. Ele ficou até 1997, e em 1998, assumi a direção. Evidentemente, minha história de militância no movimento estudantil facilitou minha entrada nesses espaços institucionais mais masculinos. A gente aprende a lidar com as, digamos, confusões e debates das assembleias, assim como a compartilhar posições e argumentar na defesa de teses. Tanto que fui a relatora desse primeiro congresso interno, que mencionei. Agora, eu tive um choque, quando fui para o Conselho Deliberativo da instituição. O Conselho era, praticamente, só de homens. Havia duas mulheres e todos os outros representantes dos institutos eram homens. Não só a predominância quantitativa era de homens, como os comentários, as brincadeiras, enfim, o clima todo era masculino.

O Conselho Deliberativo da Fiocruz é ainda hoje uma instância com predomínio de gestores homens. Para vocês terem uma ideia, do ponto de vista da liderança de grupos de pesquisa, hoje, creio que a maioria seja de mulheres ou algo perto disso. No contingente geral de trabalhadores da Fiocruz, as mulheres são maioria na

carreira de pesquisador(a). Mas na direção dos institutos, quando a gente reúne o Conselho Deliberativo, a representação das mulheres é de um terço. Como é difícil ultrapassar isso! Porque não existem barreiras explícitas, mas, como a gente sabe, existem as barreiras invisíveis, pelo nível de dedicação que se exige, pelo baixo estímulo para que mulheres ocupem esses postos. Vejam, sou a primeira mulher a ocupar a presidência da Fiocruz, que é uma instituição centenária.

Aproveitando essa deixa, como é que você vê, retrospectivamente, esse percurso que vai do momento de sua entrada na Fiocruz até hoje, quando você está na posição de representação maior da instituição? Deixando um pouco de lado as capacidades individuais, e considerando a complexa questão de gênero, você acredita que houve avanços significativos?

Em relação a ter alcançado essa posição, diria que não foi nada planejado. A própria dinâmica política da instituição foi me conduzindo. Um momento importante foi quando assumi a vice-presidência de Educação, em 2011, a pedido do Paulo Gadelha, que estava na metade de seu primeiro mandato como presidente da Fiocruz. Assumi, achando que ia ser por pouco tempo, mas não foi o que aconteceu. Reconheço que tenho essa habilidade de construção política, de agregação... E gosto de fazer isso. Assim, acabei me destacando pela proposta de uma visão mais integrada, mais sistêmica da Fiocruz, envolvendo, inclusive, os institutos regionais. Hoje a Fiocruz tem institutos em todas as regiões brasileiras, e não é possível ter uma dinâmica de reuniões, como se estivéssemos em um *campus* universitário. Por exemplo, sempre gostei muito da área de divulgação científica e fiz muitos projetos de exposições, envolvendo as unidades de Minas, da Bahia... Nos 500 anos do Descobrimento, fizemos vários trabalhos em torno da ideia de "descobrimento". Creio que isso me aproximou de outro modo das pessoas. Ao invés de reforçar a competição entre unidades,

eu mostrava os benefícios que a associação pode gerar. Na verdade, sempre trabalhei em projetos integradores, não aparecendo como uma liderança competitiva, em uma instituição em que você tem muita diversidade.

Outra experiência importante foi a coordenação da campanha do Paulo Gadelha para seu segundo mandato. Esse trabalho, não só me deu grande visibilidade institucional, como se beneficiou do fato de eu ser mulher. Isso porque, contra o Paulo, concorreu uma candidata. Portanto, eu não fui a única mulher a disputar a presidência da Fiocruz. Acredito que a conjugação de uma série de fatores, somada a meu desempenho como pesquisadora e diretora da COC, vice-presidente de Educação, acabou me dando vantagens. No caso da questão de gênero, acredito que não adianta só ser sensível a ela, é preciso colocá-la sempre em pauta. Na Fiocruz, já havia sido criado o Comitê de Equidade de Gênero e Raça, mas eu diria que ele estava em um papel mais periférico. Aconteciam coisas interessantes, mas dificilmente essa pauta chegava ao Conselho Deliberativo. O que eu procuro fazer, agora, como presidente, é promover essa nova inclusão na agenda da instituição, a partir do Comitê e de outras iniciativas. Uma delas é o 'Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência',¹⁷ que estimula e dá ênfase a essa pauta em todos os institutos. Claro que ainda há muito a fazer nesse sentido, mas certamente, não tenho dúvidas, houve avanços.

Ouvimos você e vemos que há todo um investimento consciente, da COC, na promoção de ações integradoras: pesquisas, acervos de história oral, de arquivos pessoais, exposições, publicações, pós-graduação... Ações que são mediações, pontes, que atravessam a Fiocruz e se ligam a vários gestores da Casa. Hoje, você é uma mulher que preside essa instituição, mas que vem das ciências sociais. Esse fato ainda é alvo de estranhamento? Você sente que ainda é difícil, a despeito de tudo o que foi feito nesse tempo todo?

¹⁷ O Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, instituído pela ONU em 2015, integra, desde 2019, o calendário de eventos da Fiocruz.

Sim, com certeza, ainda é difícil, embora a resistência seja muito menor. Eu venci as eleições para meu segundo mandato, em 2020, com um resultado muito expressivo: quase 90% dos votos. Fizemos uma construção política muito bonita, um trabalho coletivo e tanto. E fazer trabalho coletivo é uma arte. Porém, vejo os sinais... O fato de eu ter ingressado na Academia Brasileira de Ciências, o que ocorreu em 2020, contou muito, porque é "a" instância de consagração para muitos pesquisadores. Já ouvi comentários do tipo: "Não, a Nísia é ótima etc., mas dificilmente o Instituto Pasteur teria uma presidente socióloga". Ou, numa variação explícita: "Ah, como essa mulher pode presidir a Fiocruz?! Uma socióloga não sabe de saúde". Esse tipo de tensão entre as áreas de conhecimento, ainda existe; está mais reduzida, mas existe. Uma avaliação que remete às divisões disciplinares, na verdade, superadas. O que não é uma especificidade da Fiocruz ou do Brasil, uma jabuticaba, conforme se costuma afirmar. Eu visitei várias instituições e vi exemplos muito bons. O Instituto de Medicina Tropical de Londres tem um Instituto de Vacina onde trabalham sociólogos. Por quê? Porque não adianta pensar no desenvolvimento de uma vacina, sem pensar nas orientações políticas e culturais da vacinação. O Instituto Pasteur tem também um Centro de Antropologia, voltado para emergências sanitárias, pesquisando questões como o Ebola e outras doenças. Isso não é uma novidade; vem do pós-Segunda Guerra Mundial, quando foi muito promovida pelos Estados Unidos da América do Norte a participação de sociólogos e antropólogos em programas de saúde.

Hoje essa agenda é fundamental para mim. Ela deveria atravessar, além da Fiocruz, todas as instituições, pois é impossível pensar nos grandes desafios das ciências sociais, sem considerar as questões ambiental e climática... Como é impossível estudar a dengue, sem pensar em outras viroses, na dimensão ambiental e nas implicações sociais e éticas da doença e de seu combate. E, claro, não se pode mais trabalhar com ciência,

sem lidar com as grandes bases de dados de informação. Talvez as nossas instituições tenham um lado muito conservador no enfoque disciplinar, resistindo a novos desenhos.

Por isso, quero promover esse debate no meu segundo mandato, e aproveito para comentar algumas iniciativas. Na área de emergências sanitárias, estamos hoje com um trabalho de história do tempo presente, voltado para as ações da Fiocruz na pandemia, que está sendo coordenado pela Simone Kropf, da COC. Estamos também com parte de uma iniciativa maior, que é a de criar um Centro Interdisciplinar de Estudos em Emergências Sanitárias. A ideia é pensar, tanto o impacto de fatores sociais, ambientais etc. no surgimento dessas emergências, como o fato de elas gerarem novos desafios sociais, novas desigualdades. Então, são iniciativas que traduzem a necessidade de se alterar essas divisões disciplinares tão consagradas.

Sem dúvida, a Fiocruz poderá dar imensas contribuições no que se refere ao trabalho interdisciplinar, muito falado e pouco praticado. Você já mencionou para nós, um comitê que atua na Fiocruz, enfrentando a questão de gênero e de raça. Queríamos focar um pouco na questão da raça. Questão sensível, que vem se afirmando e se tornando incontornável. Em relação à questão racial, o que tem sido feito?

Há várias ações, a começar pela pós-graduação. Estabelecer uma política de cota nos cursos é algo bem objetivo. Na instituição, porém, ainda não saiu uma portaria definitiva. E essa é uma orientação da Capes.¹⁸ Queremos implementar e aprofundar nos nossos cursos, mas sentimos algumas dificuldades, por exemplo, na residência médica. Particularmente, quanto ao comitê, ele tem realizado ações, mais do ponto de vista político, simbólico mesmo...

O projeto Trajetórias negras, colhe testemunhos de mulheres negras e homens negros, embora as mulheres sempre façam testemunhos mais fortes. Temos uma série, que é muito boa.

¹⁸ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.

Uma colega nossa, a Hilda Gomes, do Museu (da Vida), deu um dos depoimentos mais fortes. Ela estava na sala de aula, era a professora... E alguém chegou e perguntou: "Onde está a professora?" Ela esperou, até que disse: "Eu sou a professora". Quer dizer... Nós temos duas diretoras negras, que são mulheres talentosíssimas, duas pesquisadoras muito conceituadas. Uma dirige a Fiocruz de Minas, e a outra a Fiocruz da Bahia. Há esses testemunhos e histórias exemplares, que sei estão longe de serem suficientes para mudar uma realidade, mas são elementos importantes de construção política, pois se trata de encarar o quanto nossa sociedade é excludente. Falando das mulheres negras, estatisticamente, em toda e qualquer abordagem que se vá utilizar, são sempre elas as maiores vítimas de exclusão social.

Seu primeiro mandato começou cheio de emoções com o risco de não ser nomeada durante o governo Temer, quando foi eleita. Agora, em sua nova gestão, começou a pandemia de COVID-19. Você é reconduzida ao segundo mandato, durante essa pandemia. Um desafio inimaginável! Só que tudo se complica mais ainda com a eleição de Jair Bolsonaro. Um governo anticientificista, anti-intelectualista e machista. Um governo que, até esse momento em que conversamos, desaprova publicamente o uso de máscaras, o distanciamento social e que boicotou o quanto pôde as vacinas. É com as autoridades desse governo que você tem que se relacionar, conduzindo a produção da vacina AstraZeneca, no Brasil. É um complexo e delicado exercício de mediação política e intelectual. Gostaríamos de te pedir para dimensionar, um pouco, seus esforços no enfrentamento de um contexto tão difícil.

O primeiro aspecto que queria ressaltar é que sempre me coloco como a presidente da Fiocruz, quer dizer, aponto para importância da instituição, das instituições. Claro que tal posição tem seus ônus. Não posso ocupar esse lugar e querer ser uma intelectual que expressa livremente seu pensamento. Nunca fui uma pessoa com uma

carreira voltada para a mídia e, agora, ao ser interpelada, devo me expressar pela instituição, e não como uma intelectual, individualmente. Essa situação não é fácil para mim. Tenho dificuldades em como modular minhas falas e atitudes. Então, diria que a primeira mediação é comigo mesma. Mas na medida em que concorri ao segundo mandato, durante a pandemia, procurei resolver isso da melhor maneira possível.

Eu abracei, desde o início dessa pandemia, algumas ações para seu enfrentamento. Não existe outra questão na instituição; esta é a questão do país. Pensamos em ter um observatório, e foi construído um observatório para acompanhar a pandemia. Todos os programas de formação que temos se voltam para esse problema imenso. Estamos utilizando toda a energia da instituição para vencer o COVID-19. Procuo fazer isso, independentemente de governos, e me reportando ao Ministério da Saúde, que é o órgão a quem tenho que me reportar.

É fundamental, porém, saber que faço isso estabelecendo uma relação com o Sistema Único de Saúde, o SUS. E o SUS prevê uma gestão que envolve o governo federal, os estados e os municípios, representados pelo Conselho de Secretários Estaduais de Saúde e pelo Conselho de Secretários Municipais de Saúde. A institucionalização do SUS permitiu um fortalecimento da Fiocruz e, por consequência, da minha própria gestão, embora seja necessário saber usar essa condição de forma proveitosa. A Fiocruz se tornou mais forte, a partir da construção do SUS, sendo precursora de conquistas públicas importantes, como a produção de vacinas com tecnologias novas. E isso também não é uma jabuticaba, mas poucas instituições públicas, no mundo, têm laboratórios de produção de fármacos como nós temos. A Argentina tinha e está agora tentando recuperar, porque a pandemia mostrou que o processo de globalização da produção de insumos da saúde, transformou países até muito ricos, em países dependentes. O fato de o Brasil ter conseguido chegar à pandemia sem um desmonte tão grande dessa área, fez com que tal desmonte se tornasse impossível, porque

agora, ficou absolutamente claro, que é preciso investir na direção da independência em relação aos insumos e tecnologias vindos do exterior.

Sabemos que o projeto político desse governo é o da destruição, o do desmonte da área de ciência e tecnologia, e que a pandemia acabou sendo uma variável não prevista, que interferiu muito para o fortalecimento da área da saúde pública.

Exatamente, precisamos ver a pandemia como um ponto estratégico, que mostra o que podemos fazer e não fazemos, e o que precisamos fazer para superar essa situação. Ora, há quanto tempo os cientistas sociais falam sobre as desigualdades do país! No entanto, só agora, devido à pandemia, parece que os telejornais descobriram as desigualdades! Por exemplo, outra questão que chama a atenção envolve o BRICS.¹⁹ Vários países do bloco BRICS desenvolveram vacinas próprias: China, Índia, Rússia, além da África do Sul, que tem um laboratório de produção, mas ainda não desenvolveu uma vacina. O Brasil tem vários projetos de vacinas que não foram a termo. Seria interessante pensar que os países do BRICS poderiam ter uma política associada no que se refere a vacinas, e que ela faria a diferença nesse esforço de produção e distribuição de medicamentos.

Como você tem lidado com todos esses desafios?

Entendo que a Fiocruz já era uma instituição importantíssima, mas, com a pandemia, ganhou outra dimensão. Eu passei a participar de vários fóruns de discussão da Organização Mundial de Saúde (OMS), para avaliar e acelerar a questão da vacinação. Porque, internacionalmente, vivemos uma situação extremamente crítica. Imaginem que há países com quatro vezes o número de vacinas que é necessário para sua população, enquanto outros só terão a população vacinada em 2022, sendo otimista. Aqui na Fiocruz nós utilizamos todas as linhas de produção que tinha-

mos para produzir a AstraZeneca, que é a vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford, com quem fizemos um acordo de transferência de tecnologia. Algo diferente do que, por exemplo, a Pfizer está fazendo. Ela vende sua vacina, o que é ótimo, pois queremos todas as vacinas. Mas é muito diferente de uma política de disponibilização de tecnologia, para nos permitir produzir, aqui no Brasil, essa vacina. Porque certamente, após a pandemia, esse vírus vai continuar a circular, e nós teremos como enfrentá-lo.

A Fiocruz, para garantir uma vacina, rapidamente, começou um processo de negociação no final de março, início de abril de 2020, como o intuito de garantir uma tecnologia nova, que ainda não se tinha certeza de que ia funcionar. Ou seja, a área de vacinas não era parte importante da indústria farmacêutica, na qual nem se falava mais em IFA. Acontece que as vacinas, excetuando-se a da poliomielite, sempre estiveram voltadas às doenças de países pobres, desde a eliminação da varíola. E isso muda completamente, havendo, hoje, um grande interesse do mercado pelas vacinas, porque as epidemias quando surgem afetam todos os países do mundo. É só pensar um pouco e ver a transformação. Então a Fiocruz – que é uma instituição estratégica de Estado – sempre buscou construir as melhores alternativas, inclusive, junto com o Ministério da Saúde, independentemente de ministros. A Fiocruz quer participar, dessa nova situação pós-pandemia, como um dos laboratórios produtores de vacina, lembrando que atuamos também na área de testes de diagnóstico e na área de pesquisas em diversos campos, como o biomédico, epidemiológico e no campo das ciências sociais.

Você podia falar um pouco da relação com outros países, principalmente da América Latina, considerando essa questão das vacinas?

Não há dúvida que o caminho é o das parcerias, das associações, das redes, seja no âmbito nacional, seja para atuar na América Latina ou na África. No caso da América Latina temos um Fó-

¹⁹ BRICS é um bloco econômico que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

rum de Institutos de Saúde Pública, onde se tenta compor políticas conjuntas, além de ações junto à Organização Pan-americana de Saúde. Algo bem concreto que fizemos, foi o treinamento de todas as equipes dos laboratórios de vigilância e vírus dos países da América Latina e do Caribe, para o diagnóstico do COVID-19. Vieram representantes dos laboratórios de todos os países e, hoje, somos responsáveis por uma rede de vigilância genômica, voltada para a questão das variantes do vírus.

Na África, por tradição, temos mais força nas relações com os países de língua portuguesa, além de buscarmos, crescentemente, maior aproximação com o Centro de Controle de Doenças da África, que foi muito impulsionado a partir da crise do ebola.

Para encerrar, porque você já deve estar muito cansada, depois de um dia de trabalho e duas horas de conversa, a gente queria saber se, agora, está um pouco menos difícil. Menos difícil, apenas, em função de sua experiência na Fiocruz e até no trato com o governo atual.

Eu diria que sim. Para mim, tem sido um contínuo aprendizado, porque estou totalmente empenhada nessa missão. Hoje, por exemplo, tive uma reunião com a Casa Civil para falar como está o cronograma de vacina. É intenso, mas ao mesmo tempo, há muito mais espaços de diálogo. Ocorre isso igualmente com o Ministério das Relações Exteriores, por conta da importação do IFA. Nesse momento, diria que pelo papel que a instituição tem, e pelo papel que eu tenho desempenhado, apesar de existirem dificuldades, há menos tensão. Eu sinto que a Fiocruz, pelo próprio enfrentamento da pandemia, ganhou uma força e respeitabilidade muito grandes. Quero concluir dizendo que, na semana que vem, vamos assinar o acordo de transferência de tecnologia da vacina AstraZeneca. Ela vai passar a ser produzida inteiramente aqui no Brasil. Isso não é trivial; é uma conquista muito importante.

Nós não temos a menor dúvida. A Fiocruz, como você frisou é uma instituição estratégica do Estado brasileiro. E você tem sido uma presidente muito especial, não só pelas inimagináveis dificuldades que vem enfrentando, mas por ser especial para esses 90% de eleitores. Nós assistimos ao belo vídeo de comemoração dos 120 anos da Fiocruz e observamos as falas, muito sinceras, que foram dirigidas a você, como "nossa querida presidente". Isso também não é trivial. Temos a certeza de que sua entrevista vai ser lida com muito interesse, porque é um privilégio saber que uma mulher como você está dirigindo, hoje, uma instituição como a Fiocruz, que pensa a saúde pública numa dimensão interdisciplinar. Muito obrigada.

Angela Maria de Castro Gomes

Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ, Rio de Janeiro, RJ, BR); professora titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, RJ, BR). Professora emérita do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, RJ, BR.

Angela Maria de Castro Gomes

Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professora titular da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, RJ, Brasil. Professora emérita do CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Pesquisadora visitante emérita da Unirio, no Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Kaori Kodama

Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professora da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Patricia Tavares Raffaini

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil. Professora visitante da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em São Paulo, SP, Brasil.

Endereço correspondência

Angela Maria de Castro Gomes
Rua Marquês de Olinda, 38, apto. 505, bl. 2
Botafogo, 22 251-040
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Kaori Kodama
Rua Coronel Afonso Romano, 87/103
Botafogo, 22281-010
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Patricia Tavares Raffaini
Rua Ossian Terceiro Teles, 101
Jardim Prudência, 04649-000
São Paulo, SP, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Poá
Comunicação e submetidos para validação do(s)
autor(es) antes da publicação.*